

Estados do Nordeste têm resultado fiscal primário positivo no 2º bimestre de 2026

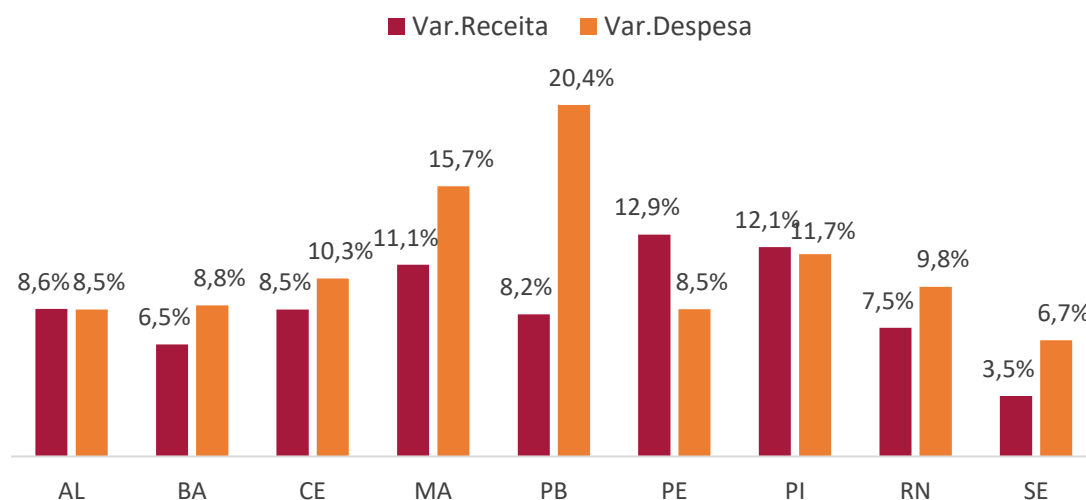
Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

- Os indicadores fiscais dos estados, divulgados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária-RREO com foco nos Estados, do Tesouro Nacional, relativo ao segundo bimestre de 2026, mostram que as despesas correntes da maioria dos estados nordestinos cresceram em ritmo superior à evolução das receitas, na comparação com o mesmo período do ano passado.
- O estado da Paraíba apresentou o maior crescimento de suas despesas correntes (20,4%), muito acima da média regional, seguido por expansões de gastos também expressivos nos estados do Maranhão (15,7%), Piauí (11,7%) e Ceará (10,3%). Essa expansão de gastos na Paraíba gerou uma diferença negativa de 12,2 pontos percentuais entre receitas e despesas, representando a maior deterioração fiscal relativa entre os estados nordestinos. O Piauí foi o único desse grupo de estados a registrar uma expansão de receitas acima do aumento dos gastos, com desempenho arrecadatário acima da média regional. Além do Piauí, outros estados também apresentaram crescimento de receitas acima das despesas, destacando-se o estado de Pernambuco, cujas receitas evoluíram 4,3 pontos percentuais acima das despesas, revelando ampliação do espaço fiscal corrente nesse bimestre, bem como Alagoas, que manteve uma certa estabilidade entre as variações das receitas e despesas. Por outro lado, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe apresentaram despesas crescendo acima das receitas, o que demanda uma maior atenção, especialmente quando vem associado com a elevada rigidez de gastos com pessoal ou redução do resultado primário.
- Com relação ao resultado primário dos Estados nordestinos, o Rio Grande do Norte foi o único estado com resultado primário negativo (R\$ 260,2 milhões, ou -3,8% da RCL). Em 2025, o estado havia apresentado superávit de 8,9% da RCL. A mudança de 12,7 pontos percentuais foi a maior deterioração fiscal dentre os estados nordestinos, reforçando a necessidade de um ajuste fiscal no Estado, especialmente quanto aos gastos com pessoal. Em sentido oposto, Pernambuco foi o estado nordestino que apresentou o resultado primário mais expressivo, de aproximadamente R\$ 2,95 bilhões, equivalente a 16,3% da RCL. O indicador permaneceu praticamente estável em relação a 2025, quando havia alcançado 16,2%, demonstrando a continuidade de elevada geração de poupança primária. Os demais estados registraram superávit primário, mas vários deles (Maranhão, Sergipe, Ceará e Paraíba) registraram forte redução de saldo primário, por conta da maior pressão de expansão de gastos sobre seus respectivos orçamentos, aumentando, portanto, a fragilidade fiscal desses entes e, consequentemente, a capacidade de realizar políticas de desenvolvimento.
- Na composição dos gastos, tem-se padrões diferenciados de comportamento dos estados quanto a alocação de suas despesas no segundo bimestre de 2026, com exceção apenas do desempenho na rubrica orçamentária de pessoal e encargos sociais que foi homogêneo na região, comprometendo, em média, quase metade (48%) dos orçamentos dos estados nordestinos. Os gastos com pessoal mais significativos foram observados no Rio Grande do Norte (67%), Paraíba (64%) e Sergipe (50%), situação que, caso persista, vai limitar a capacidade de reação desses entes a choques de receita, além de exigir uma maior disciplina sobre as despesas permanentes. Em compensação, Pernambuco (38%), Piauí (39%) e Maranhão (41%), foram os estados que registraram, no segundo bimestre deste ano, as menores parcelas do orçamento em gastos com pessoal, sinalizando uma gestão pública mais eficiente da folha ou uma estrutura de pessoal diferenciada.

- Na categoria de despesas relacionadas com formação bruta de capital fixo, os estados do Piauí e Maranhão lideraram a participação dos investimentos, com 13,2% e 13,0% da receita total, respectivamente. Esses percentuais se situaram muito acima da média regional de 7,4% e indicam uma prioridade relativa à formação de capital público no período. O estado da Bahia ocupou a terceira posição, com 7,9%, seguida por Paraíba, Ceará e Pernambuco, todos entre 6,2% e 6,8%. O menor percentual de gastos com investimentos foi registrado em Alagoas (2,6% da receita total), seguido por Rio Grande do Norte (4,7%) e Sergipe (5,8%). Conforme se observa, o desempenho dos estados evidencia diferenças relevantes na orientação do gasto em âmbito regional.
- A análise funcional das despesas mostra que a destinação de recursos para educação, saúde e segurança comprometeu mais da metade da execução orçamentária dos estados nordestinos no segundo bimestre de 2026, demonstrando a prioridade dos estados para atender as principais demandas da sociedade. Convém destacar que participações elevadas nessas funções não constituem, por si só, evidência de eficiência ou qualidade, pois seriam necessários indicadores de resultado e de custo dos serviços para se avaliar mais fortemente o desempenho nessas áreas.
- Portanto, no segundo bimestre de 2026, os gastos discricionários dos estados nordestinos nas áreas de Educação, Saúde e Segurança, agregadamente, foram mais representativos nos orçamentos dos estados da Paraíba (61%), Alagoas (58%) e Pernambuco (54%), enquanto Piauí (43%), Maranhão (43%) e Ceará (50%) se destacaram como os estados que menos destinaram recursos para essas três funções. Na educação, o Rio Grande do Norte e Paraíba apresentaram as maiores participações, de 23,2% e 23,0%, respectivamente, enquanto Alagoas registrou a menor proporção, de 14,5%, bem abaixo da média regional, de 18,6%. Na saúde, Pernambuco liderou com 25,7%, seguido por Bahia (22,6%), Sergipe (22,5%), e Paraíba (21,8%). O Rio Grande do Norte apresentou nessa área a menor proporção de gastos (12,8%). Na segurança pública, as despesas orçamentárias mais significativas foram observadas nos estados de Alagoas (22,2%), Rio Grande do Norte (16,7%), e Paraíba (15,7%). Já o Maranhão apresentou a menor proporção dentre os estados nordestinos (8,4%).

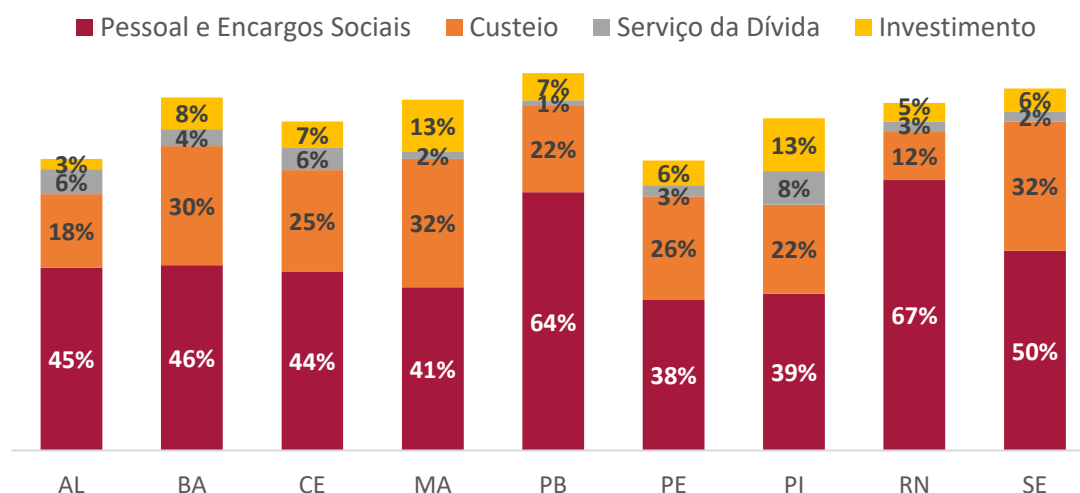
Comentário: O desempenho orçamentário dos estados nordestinos no segundo bimestre de 2026 foi marcado por crescimento real generalizado das receitas e despesas, mas com predomínio de expansão mais rápida do gasto. Em média simples, as receitas correntes cresceram 8,8%, e as despesas, 11,2%. Os principais sinais de alerta concentraram-se na Paraíba, devido à forte aceleração das despesas e compressão do resultado primário, e no Rio Grande do Norte, que combinou elevada rigidez de gastos com pessoal e encargos sociais com déficit primário, constituindo o quadro mais vulnerável entre os estados nordestinos. O Ceará manteve resultado primário positivo, mas registrou redução significativa em relação a 2025, com despesas crescendo acima das receitas, enquanto os estados da Bahia e Sergipe também apresentaram desaceleração relativa da folga fiscal, embora tenham preservado superávits primários.

Gráfico 1: Variação real das Receitas e Despesas Orçamentárias dos Estados Nordestinos – 2026/2025



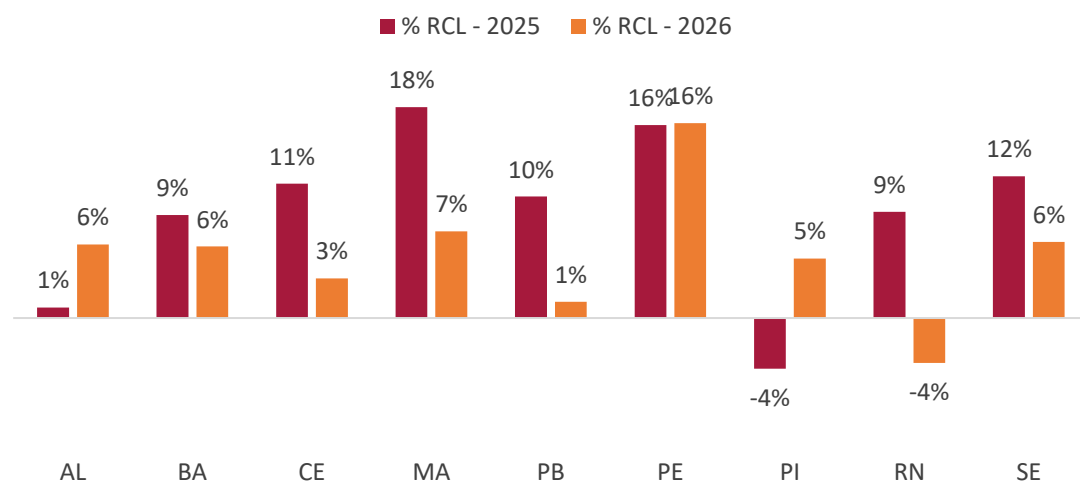
Fonte: Elaboração ETENE-BNB, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Gráfico 2 - Composição das despesas em relação à Receita Total – 2º Bimestre de 2026 (%)



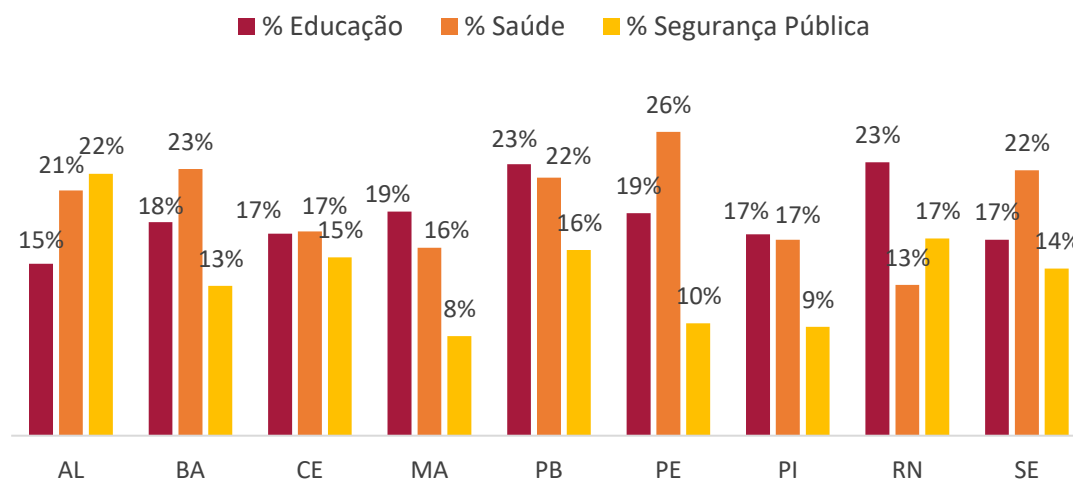
Fonte: Elaboração ETENE-BNB, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Gráfico 3: Desempenho Orçamentário dos Estados Nordestinos – Resultado Primário como proporção da Receita Corrente Líquida – março-abril/2026-2025



Fonte: Elaboração ETENE-BNB, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Gráfico 4: Despesas por Função Orçamentária dos Estados Nordestinos – 2º Bimestre-2026



Fonte: Elaboração ETENE-BNB, com dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente de Ambiente: Allisson David de Oliveira Martins. Gerente Executivo: Liliâne Cordeiro Barroso. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Biágio de Oliveira Mendes Junior, Laura Lúcia Ramos Freire, Wellington Santos Damasceno. Bolsistas de Nível Superior: Guilherme Miranda Soares e Samuel Alesandro Apolinário Xavier.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.